

A LEITURA SUBJETIVISTA DO IDEALISMO TRANSCENDENTAL NA PRIMEIRA EDIÇÃO DA CRP¹

*THE SUBJECTIVIST INTERPRETATION OF KANT'S TRANSCENDENTAL
IDEALISM IN THE FIRST EDITION OF THE CRITIQUE OF PURE REASON*

Breno Augusto da Silva Franco²

Resumo

Desde a sua primeira aparição em 1781, a Crítica da Razão Pura de Kant foi acusada de propor apenas uma versão mais sofisticada do idealismo fenomenista de Berkeley. Já na sua primeira resenha encontramos uma versão bastante contundente dessa acusação. Segundo os resenhistas, Kant teria identificado o objeto imediato de percepção com meras modificações do estado interno do sujeito e, com vistas a neutralizar as consequências céticas dessa identificação, ele teria reduzido os objetos empiricamente reais a modificações internas do sujeito ou construtos mentais a partir dessas modificações. Meu objetivo nesse ensaio (que expõe os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento) é examinar quais poderiam ter sido as razões que levaram os primeiros leitores da CRP a essa compreensão fenomenista do idealismo transcendental de Kant. Minha conclusão é que há, de fato, um modo tentador de compreender algumas afirmações e argumentos de Kant, especialmente no Quarto Paralogismo da primeira edição, de acordo com o qual Kant efetivamente esposou uma versão de fenomenismo na primeira edição da CRP.

Palavras-chave: idealismo transcendental; Berkeley; fenomenismo; Quarto Paralogismo.

Abstract

From the time of its publication down to the present, Kant's Critique of Pure Reason (CPR) has often been accused of propounding no more than a sophisticated version of Berkeley's phenomenalist idealism. In its very first review, we already find a very strong version of this accusation. According to the reviewers, Kant had identified the immediate object of perception with mere modifications of the internal state of the subject and, in order to neutralize the skeptical implications of this identification, reduced empirically real objects to internal modifications of the subject or mental constructs out of these modifications. My aim in this essay (which expounds the preliminary results of an ongoing research) is to examine what could have been the reasons that have led the first readers of the CPR to this phenomenalist understanding of Kant's transcendental idealism. My conclusion is that there is indeed a very tempting way of understanding some of Kant's formulations and arguments, specially the Fourth Paralogism of the first edition, according to which Kant has indeed espoused a version of phenomenism in the CPR.

Keywords: transcendental idealism; phenomenism; Berkeley; Fourth Paralogism.

¹ Esta pesquisa contou inicialmente com o apoio de uma bolsa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e, posteriormente, de uma bolsa de iniciação científica do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço à professora Silvia Altmann pela orientação e pelo apoio.

² E-mail: brenofranco97@gmail.com

1. Desde a sua primeira aparição em 1781, a *Crítica da Razão Pura* (CRP) foi acusada de oferecer apenas uma versão mais sofisticada do idealismo de Berkeley. Com efeito, já na famosa resenha de Göttingen de 1782, da autoria de Garve e Feder, encontramos uma das versões mais contundentes dessa acusação. Segundo os resenhistas, Kant, assim como Berkeley, teria identificado o objeto imediato da percepção com meras modificações do estado interno do sujeito, e também como Berkeley - e com o mesmo propósito de neutralizar as consequências céticas dessa identificação - ele teria apelado a uma redução fenomenista dos objetos empiricamente reais, as “aparições” [*Erscheinungen*], a modificações internas do sujeito ou construtos mentais. Se num contexto realista aquela identificação acarreta, como pensam os resenhistas, a incerteza com relação à existência e aos predicados dos objetos físicos, no contexto de um idealismo fenomenista, ao contrário, ela é o fundamento da certeza com relação a ambas as coisas - mas isso somente com o custo de se desposar alguma versão do *esse est percipi* berkeleyano junto às suas implicações indesejáveis.

Todavia, teriam razão os resenhistas de Göttingen, ao aproximar dessa maneira os idealismos de Kant e Berkeley? Trata-se de uma aproximação relativamente comum entre os intérpretes kantianos, não se limitando, absolutamente, a Garve e Feder. Interpretações tão discrepantes quanto a outras coisas como as de Prichard e Kemp Smith, Paul Guyer e James Van Cleve comungam desse ponto comum: para estes autores, Kant, pelo menos na primeira edição da CRP, é um subjetivista - isto é, entende os objetos da experiência como construtos representacionais, sujeitos em última instância às mesmas condições de existência e de cognoscibilidade de itens mentais.

Neste ensaio, em que exponho os resultados preliminares de um projeto de pesquisa em andamento, meu objetivo é apenas examinar as razões que poderiam ter levado os primeiros leitores da CRP a essa compreensão do idealismo transcendental de Kant, tal como expresso na primeira edição. Trata-se antes de um esforço em direção a uma resposta mais sistemática à questão de saber se, e até que ponto, essa aproximação é justa, do que propriamente de uma resposta a ela. Quero concentrar-me aqui em ilustrar como algumas afirmações recorrentes de Kant, entendidas de um certo modo relativamente tentador, dão suporte a essa compreensão fenomenista do idealismo transcendental, e como um certo modo também relativamente tentador de compreender o Quarto Paralogismo da primeira edição parece confirmar essa compreensão. Se por um lado aquelas afirmações parecem dever ser entendidas num sentido reduutivo, fenomenista, este argumento, por outro lado, parece nos oferecer a motivação pela qual Kant teria apelado a uma explicação fenomenista dos objetos da experiência.

2. Qual, então, o estatuto dos objetos empiricamente reais, para Kant? Em outras palavras, qual a consistência ontológica dos corpos segundo o idealismo transcendental kantiano? Algumas afirmações recorrentes de Kant, abundantes em ambas as edições da CRP, podem ser lidas como nos oferecendo uma resposta inequívoca a essa questão, e assim foram tomadas, de fato, por muitos leitores³. Kant repetidamente identifica os objetos da experiência com “aparições” [*Erscheinungen*] e repetidamente identifica “aparições” com “representações” [*Vorstellungen*]. Com efeito, as próprias definições que Kant oferece do seu idealismo transcendental na primeira edição apresentam essas afirmações de maneira enfática. No Quarto Paralogismo, por exemplo, o idealismo transcendental é definido como:

³ Cf., por exemplo, Van Cleve, James (1999). *Problems from Kant*. New York and Oxford: Oxford University Press, p. 3-14.

Thaumazein, Ano VIII, v. 11, n. 22, Santa Maria, p. 121-130, 2018.

“a doutrina que considera [todas as aparições], globalmente, [como] simples representações e não coisas em si, e segundo a qual o tempo e o espaço são apenas formas sensíveis da nossa intuição, [e] não determinações dadas por si, ou condições dos objetos considerados como coisas em si” (A369).

Na definição que encontramos nas Antinomias, por sua vez, Kant afirma:

“[T]udo o que se intui no espaço ou no tempo e, por conseguinte, todos os objetos de uma experiência possível para nós, são apenas aparições, isto é, meras representações, que, tal como as representamos, enquanto seres extensos ou séries de alterações, não têm fora de nossos pensamentos existência independente” (A490-491)

Como compreender essas identificações de Kant entre objetos empíricos com “aparições” e destas com “representações”? É possível compreendê-las de modo não-fenomenista?

Uma alternativa apresentada por alguns intérpretes de Kant e que à primeira vista pode parecer plausível é a de que os termos “aparição” e “representação” estão sendo empregados aqui num sentido especial, técnico, que não implica subjetividade⁴. Se no sentido tradicional o termo “representação”, por exemplo, se refere a um item mental, cujo *esse é percipi*, nesse sentido especial, diferentemente, ele não se refere a nenhum tipo de item em particular, mental ou extra-mental, e sim a qualquer coisa que seja ou possa ser objeto de representação. Assim, dizer de algo que ele é uma aparição é simplesmente dizer que ele “aparece” ou “pode aparecer” para nós. Igualmente, dizer de algo que ele é uma “representação” é apenas dizer que ele “é representado” ou “pode ser representado” por nós. Traduz-se por vezes *Vorstellung* por “representação” precisamente para evitar essas associações subjetivistas que “representação” tradicionalmente traz consigo. Com efeito, entendendo-se *Erscheinung* e *Vorstellung* nesse sentido metafisicamente neutro, aquelas afirmações de Kant são perfeitamente compatíveis até mesmo com o realismo direto do senso-comum. Nesse caso, a relevância dessas afirmações estaria em restringir o nosso conhecimento apenas àquilo que pode ser objeto de uma intuição sensível, o que, por certo, é parte da doutrina de Kant.

Mas é realmente possível entender essas afirmações de Kant nesse sentido neutro? Creio que há algumas razões para acreditar que Kant tem em mente algo muito mais forte ao nos dizer que objetos empíricos são representações. É interessante observar, antes de qualquer coisa, que Kant reconhece o caráter estranho dessas afirmações. Numa nota aposta ao Quarto Paralogismo, ele chega a chamá-las de “paradoxais” e “chocantes”. Contudo, adverte-nos ele, essas afirmações - Kant tem em mente aqui a afirmação de que “uma coisa [um corpo] pode existir somente na representação” (A375) - perdem o que têm de chocante quando as compreendemos corretamente, isto é, no sentido em que o seu idealismo transcendental exige. Por quê? Esperaríamos, caso a estratégia esboçada acima estivesse correta, que Kant nos apontasse o sentido de “representação”, advertindo-nos que este termo tem aqui um sentido diferente do tradicional. Em vez disso, porém, ele nos indica um sentido especial em que devemos entender, não “representação”, mas “coisa” [*Sache*]:

⁴ Cf. Bird, Graham (1962). *Kant's Theory of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, p. 49-50; Alison, Henry (2004). *Kant's Transcendental Idealism*. New Haven and London: Yale University Press, p. 35-38.

Thaumazein, Ano VIII, v. 11, n. 22, Santa Maria, p. 121-130, 2018.

“Uma proposição que incontestavelmente parece estranha é que uma coisa [*eine Sache*] possa existir somente na representação; mas aqui perde o que tinha de chocante, porque as coisas com as quais estamos lidando não são coisas em si, mas apenas aparições, isto é, representações” (A375).

Assim, em vez de dizer que aquilo *com que* estão sendo identificadas as coisas, a saber, representações, não deve ser entendido no seu sentido usual, Kant opta por apontar para um sentido especial em que se deve tomar aquilo que está *sendo identificado* com representações. Claro, isso não mostra que Kant não esteja empregando “representação” aqui num sentido neutro; afinal, ele poderia estar dizendo que é paradoxal que uma coisa só exista na medida em que ela pode ser intuída por nós; daí a sua “redução”, por assim dizer, a uma aparição ou a uma representação, no sentido neutro. Contudo, dado o sentido tradicional de “representação”, é curioso que ao reconhecer o que essa afirmação tem de paradoxal e chocante, Kant não chame atenção precisamente para o fato de que ele *não* está empregando o termo nesse sentido.

Seja como for, as afirmações de Kant são mais fortes do que esse sentido neutro de representação e aparição parece capaz de dar conta. Afinal, além de sua equação *objetos empíricos = aparições = representações*, Kant ainda nos diz, repetidas vezes, que aparições são *meras* [*blößen*] representações *em nós* [*in uns*] incapazes de *existir* independente. Já vimos algumas dessas afirmações nas definições de idealismo transcendental citadas acima, mas podemos encontrá-las por toda a CRP. No final do Segundo Paralogismo, por exemplo, Kant nos diz que a matéria não é “uma coisa em si mesma, mas meramente uma espécie de representações em nós” (A360). Afirmações semelhantes abundam ainda no Quarto Paralogismo:

“Objetos externos (corpos) (...) são meras aparições, portanto nada mais do que uma espécie de minhas representações, cujos objetos somente através dessas representações são alguma coisa, e à parte delas nada são” (A370).

Além disso, na Consideração sobre o Conjunto da Psicologia Racional, Kant esclarece que o seu idealismo é capaz de afastar o “perigo do materialismo”, entendido como a tese segundo a qual “suprimindo a matéria, se vê desaparecer todo o pensamento e mesmo a existência de seres pensantes” (A383). Segundo o seu idealismo, ao contrário:

“se faço desaparecer o sujeito pensante, deve necessariamente ficar suprimido todo o mundo dos corpos, como se nada fosse a não ser o fenômeno na sensibilidade do nosso sujeito e um modo de representação desse mesmo sujeito” (loc. cit.).

Se dizer de um objeto que ele é uma representação não significa mais do que dizer que ele é capaz de ser intuído por nós, então, efetivamente, aquela equação inicial pode ser compreendida até mesmo como expressão de um realismo robusto. Todavia, dizer de um objeto que não é *senão* um objeto capaz de ser intuído por nós e que ele existe *somente em nós* não parece poder ser a expressão de realismo algum. Assim, mesmo que Kant empregue “representação” e “aparição” em um sentido neutro, isso não basta para mostrar que o seu idealismo não é fenomenista. Como poderíamos compreender essas qualificações de Kant?

Quanto às afirmações de que as aparições existem “em nós” e que elas dependem de nós quanto à existência, pode parecer que é o próprio Kant quem nos oferece indicativos de que não devemos compreendê-las de maneira fenomenista. No Quarto Paralogismo da primeira edição, Kant nos apresenta uma distinção entre dois sentidos de “fora de nós” que, por implicação, nos proporciona uma distinção paralela entre dois sentidos de “em nós”. Quanto aos dois sentidos de “fora de nós”, Kant nos diz:

“A expressão ‘fora de nós’ traz consigo um equívoco inevitável, significando ora algo que existe como *coisa em si*, distinta de nós, ora algo que pertence simplesmente à *aparicação exterior* (...). [Assim,] para colocar fora de dúvida este conceito tomado neste último sentido (...), distinguimos os objetos empiricamente exteriores daqueles que poderiam chamar-se assim no sentido transcendental, designando-os por *coisas que se encontram no espaço*” (A373)

Conforme essa distinção, dizer de um objeto qualquer que ele está “fora de nós” pode tanto significar que ele existe independentemente de nós (“distinto de nós como coisa em si”) quanto que ele se encontra no espaço (“pertence à aparição exterior”). Paralelamente, dizer de um objeto que ele está “em nós” pode tanto significar que ele não existe independentemente de nós quanto que ele não se encontra no espaço, pertencendo, em vez disso, à “aparicação interna” (“é representado apenas em suas *relações de tempo*”). Os objetos externos (corpos), portanto, não são capazes de existir independentemente de nós e, nessa medida, existem “em nós” no primeiro sentido, no sentido transcendental. No entanto, eles não existem “em nós” no segundo sentido, isto é, não são objetos não-espaciais, acessíveis apenas ao sentido interno e sujeitos apenas a relações de tempo. Dessa forma, a distinção entre dois sentidos de “fora de nós” parece demandar uma explicação não fenomenista do sentido no qual eles dependem de nós para existir, já que, aparentemente, não existem em nossas mentes como meras determinações do nosso estado interno⁵.

Creio, porém, que há algumas razões para sermos céticos com relação a essa explicação não fenomenista. Em primeiro lugar, há algumas passagens em que Kant qualifica essa relação de dependência, e o modo como ele o faz parece comprometê-lo com uma redução dos objetos empíricos a meras determinações do estado interno, representativo do sujeito. Numa passagem ao final do Segundo Paralogismo, em que Kant nos explica como responder àquele que nos perguntasse se seres pensantes tal como são em si mesmos são materiais, ele nos diz:

“Se eu entendo por alma um ser pensante em si mesmo, a questão de saber se ele é ou não do mesmo tipo que a matéria - não sendo esta uma coisa em si mesma mas apenas uma espécie de representações em nós - é, pelos próprios termos em que é posta, ilegítima. Pois é óbvio que uma coisa em si mesma é de uma natureza diferente das determinações que constituem meramente o seu estado” (A360).

⁵ Essa estratégia é bastante comum entre os intérpretes de Kant. Graham Bird, por exemplo, insiste em que “Kant could not have meant by ‘idea’ or ‘representation’ or ‘in us’ what is meant *empirically* by ‘mental state’ or ‘in the mind’. (...). Transcendental mind-dependence is not to be identified with an empirical mind-dependence which contrasts empirically mental and physical phenomena” (Bird, G. (2006). *The Revolutionary Kant*. Chicago: Open Court, p. 642). Cf. ainda Alison, Henry (2004). *Kant’s Transcendental Idealism*. New Haven and London: Yale University Press, p. 24; Caranti, Luigi (2007). *Kant and the Scandal of Philosophy*. London: University of Toronto Press, p. 50-51; Allais, Lucy (2015). *Manifest Reality*. London: Oxford University Press, p. 22-23.

Assim, Kant não apenas atribui aos objetos empiricamente reais uma existência dependente do sujeito, como ainda substancia essa afirmação nos indicando em que sentido essa dependência deve ser compreendida, a saber, como uma relação de inerência. Aparentemente, portanto, o estatuto atribuído aqui à matéria é o mesmo que um idealista como Berkeley lhe atribuiria, a saber, o de uma determinação do estado interno, sujeita às mesmas condições de existência de tais determinações.

Caso essa interpretação esteja correta, não seria de se esperar que, além de lhe atribuir as mesmas condições de existência, Kant lhes atribuisse também as mesmas condições de cognoscibilidade? Assim como uma representação depende, quanto à existência, do sujeito ao qual ela pertence, como modificação de seu estado, e assim como a existência de uma representação é imediatamente acessível e certa a esse sujeito, assim também, presumivelmente, Kant conceberia a matéria. No entanto, nas passagens citadas acima Kant apenas se refere à dependência existencial da matéria e ao modo desta dependência, não às suas condições de cognoscibilidade. Se nos voltarmos agora às passagens em que Kant trata dessas condições, talvez encontremos não apenas uma confirmação de que o seu idealismo efetivamente envolve uma redução dos objetos da experiência a meras determinações do estado interno do sujeito, como também uma explicação das motivações que teriam levado Kant a abraçar uma teoria como esta.

3. As passagens a que me refiro encontram-se todas no controverso Quarto Paralogismo da primeira edição da CRP, em que Kant parece estar empreendendo uma refutação daquilo que ele chama de idealismo cético ou problemático. Trata-se da tese segundo a qual não é possível ter certeza da existência de objetos no espaço, isto é, de corpos. Do modo como apresentado nesta seção da CRP, o idealismo problemático baseia-se na assunção de que corpos *não são* objetos imediatos de percepção. A doutrina do idealista cético aparece formulada no seguinte silogismo:

(P1) Aquilo cuja existência só pode ser concluída como uma causa de percepções dadas tem apenas uma existência duvidosa.

Ora, **(P2)** todas as aparições exteriores são de natureza tal que a sua existência não pode ser percebida imediatamente, mas apenas concluída como a causa de percepções dadas.

Assim, **(C)** a existência de todos os objetos do sentido externo é duvidosa.

Nos dois primeiros parágrafos da seção, Kant parece conceder a verdade de ambas as premissas. “Podemos afirmar, com razão”, nos diz Kant (A367), “que só aquilo que está em nós pode ser imediatamente percebido”, e que, portanto, “a existência de um objeto real fora de mim (...) não é jamais dada diretamente na percepção” (loc. cit.). Só posso vir a conhecer a existência do objeto real fora de mim por inferência, “partindo da minha percepção interna (...) e a tomando como efeito do qual algo de externo é a causa mais próxima” (A368). A rigor, contudo, esse gênero de inferência não é capaz de nos assegurar da existência de nada, pois “a inferência de um efeito para uma causa determinada é sempre incerta, na medida em que o efeito pode se dever a mais de uma causa” (loc. cit.). Sendo assim, a existência de objetos reais fora de mim é duvidosa, ficando em aberto se a causa de nossas percepções não é sempre, no final das contas, interna, isto é: “se todas as assim chamadas percepções externas não passam de um mero jogo do sentido interno” (loc. cit.).

A assunção fundamental por trás desse argumento parece ser a de que só há dois modos possíveis de se conhecer uma existência: ou ela é percebida imediatamente, ou ela é inferida como causa de uma existência que, por sua vez, é percebida imediatamente. Como este tipo de inferência é sempre incerto, na medida em que um efeito pode sempre ter mais de uma causa, este último modo de se conhecer uma existência não nos fornece certeza, diferentemente do primeiro. Assim, dado que objetos externos, corpos, não são objetos imediatos de percepção, como nos diz a segunda premissa, segue-se claramente que a sua existência não pode nos ser conhecida de modo certo.

Como já sabemos, porém, este raciocínio é um paralogismo, isto é, um silogismo falacioso, e Kant nos adverte de que a falácia cometida aqui é a de equivocação. Como é na Crítica ao Quarto Paralogismo que Kant nos apresenta a distinção mencionada acima entre os sentidos transcendental e empírico de “fora de nós”, é tentador identificar o termo equívoco desse silogismo como o termo “externo”. Isso nos permite distinguir duas versões de (P2), uma em que os objetos externos, que não são objetos imediatos de percepção, são objetos empiricamente externos, e outra na qual esses objetos são transcendentemente externos.

A crítica de Kant ao Quarto Paralogismo, então, parece consistir precisamente em recusar que a premissa menor seja verdadeira quando entendemos “externo” no sentido empírico, e o que lhe possibilita negar essa versão da premissa é o seu idealismo transcendental. Com efeito, é na Crítica ao Quarto Paralogismo que Kant apresenta uma das definições de idealismo transcendental mencionadas acima, e em seguida o distingue do realismo transcendental. Se para o idealista transcendental corpos são meras aparições e não coisas em si, para o realista transcendental, ao contrário, eles são coisas em si e não meras aparições. Em outras palavras, ao passo que para o idealista transcendental o empiricamente externo é transcendentemente interno, para o realista transcendental o que é empiricamente externo é também transcendentemente externo. Kant nos diz, nesse contexto, que o colapso dos dois sentidos de fora de nós cometido pelo realista transcendental o compromete com o idealismo empírico, pelas razões já apresentadas, e que a atribuição do caráter transcendentemente interno ao que é empiricamente externo, ao contrário, possibilita ao idealista transcendental um *realismo empírico*, “isto é, admitir a existência da matéria sem sair da simples consciência de si próprio, nem admitir algo mais do que a certeza das representações em mim, por conseguinte, nada mais do que o *cogito ergo sum*” (A370). No mesmo espírito, Kant diz logo em seguida que, para o idealista transcendental, “desaparece a dificuldade em admitir a existência da matéria pelo mero testemunho da nossa simples consciência e em considerá-la *tão bem demonstrada quanto a minha própria existência como ser pensante*” (loc. cit.).

Efetivamente, Kant nos oferece logo em seguida a seguinte demonstração:

“[T]enho consciência de minhas representações; logo, elas existem e eu próprio também, que as tenho. Ora, os objetos externos (corpos) são, porém, meras aparições, e portanto nada mais do que uma espécie de minhas representações, cujos objetos só por estas representações são alguma coisa, não sendo nada à parte delas. As coisas exteriores existem, portanto, tanto como eu próprio existo, e estas duas existências repousam, é certo, sobre o testemunho imediato de minha autoconsciência” (A370-371).

Assim, Kant parece tomar como consequência do caráter transcendentemente interno dos objetos empiricamente externos (isto é, do fato de corpos serem meras aparições e não coisas em si) tanto o acesso imediato a eles quanto a certeza com relação à sua existência. Desse modo, a premissa **(P2)** do silogismo seria falsa se tomarmos externo no sentido empírico, pois, nesse sentido, os objetos externos (corpos) são objetos imediatos de percepção e nosso conhecimento de sua existência é certo.

O fato de Kant tomar a certeza da existência das aparições externas como consequência do seu caráter transcendentemente interno sugere fortemente uma compreensão fenomenista do estatuto das aparições. Como dito, a distinção entre dois sentidos de “fora de nós”, num primeiro momento, parecia sugerir o contrário: não sendo empiricamente internos, os objetos externos não existem literalmente *na* mente, e no entanto são transcendentemente internos e, nessa medida, dependem de nós para existir. Essa distinção sugeria uma compreensão não-fenomenista dos objetos empiricamente reais porque parecia demandar que explicássemos essa dependência existencial, envolvida no seu caráter transcendentemente interno, sem reduzi-los a meras determinações do estado interno ou representativo do sujeito. Contudo, essa prova da existência de corpos que o Quarto Paralogismo nos oferece parece sugerir o contrário. Kant não apenas atribui ao que é transcendentemente interno as mesmas condições de existência de meras determinações internas como também as mesmas condições de cognoscibilidade. A prova da existência de mim mesmo e, portanto, de todas as minhas representações prova também a existência de objetos empiricamente externos, e o idealista transcendental não necessita de “nada mais do que o *cogito ergo sum*” (A370) para admitir a certeza da existência da matéria.

Assim, o argumento que Kant apresenta na Crítica ao Quarto Paralogismo para refutar o idealista problemático parece não somente corroborar uma compreensão fenomenista dos objetos empiricamente reais no idealismo transcendental, como também tornar compreensíveis as motivações por trás dessa redução fenomenista. Tendo identificado o objeto imediato da percepção com meras determinações do estado interno do sujeito, Kant agora reduziria os objetos empiricamente reais a tais determinações, com o custo de lhes atribuir as mesmas condições de existência, mas com a vantagem de equipará-las quanto às suas condições de cognoscibilidade.

4. Os resenhistas de Göttingen, como vimos, haviam acusado Kant de realizar ambos os movimentos, e haviam, nesse sentido, o aproximado de Berkeley. Kant respondeu bruscamente a essas aproximações, atribuindo-as à má-fé dos resenhistas (*Prol.*, Apêndice). Contudo, se atentarmos às alterações e aos acréscimos que Kant fez à segunda edição da CRP, talvez acreditemos encontrar, na forma de uma confissão oblíqua de culpa, outra confirmação do seu subjetivismo. Como observam alguns intérpretes, é bem compreensível a urgência que Kant via em responder à aproximação que Garve e Feder fizeram do seu idealismo com o de Berkeley, e também é compreensível a animosidade da sua resposta: afinal, como nota Beiser, “ninguém levava Berkeley a sério na Alemanha do século XVIII” (Beiser, 1987, p. 173). Essa aproximação poderia ser catastrófica para a recepção da CRP, e era premente, portanto, afastar-se e distinguir-se de Berkeley. Isso explica, entre outras coisas, a importância que Berkeley adquire nos *Prolegomena* e na segunda edição da CRP. Pode parecer, por outro lado, que isso explique também a supressão do Quarto Paralogismo da primeira edição assim como a sua aparente substituição pela Refutação do Idealismo na segunda. Se a posição de Kant, na primeira edição da CRP, não era próxima à de Berkeley, como haviam sugerido os resenhistas, por que então a exclusão do (aparentemente berkeleyano)

Quarto Paralogismo e o acréscimo da (aparentemente antiberkeleyana) Refutação do Idealismo - isso precisamente no momento em que era mais urgente distinguir-se e afastar-se de Berkeley?

Essas coincidências sugeriram a alguns intérpretes, como Kemp Smith, que Kant não apenas “esclareceu” o seu idealismo na edição de 1787 - mas positivamente o alterou, abraçando, agora, um idealismo mais objetivo. Com efeito, analisando as objeções ao idealismo cartesiano na primeira *Crítica*, Kemp Smith defende que Kant, na primeira edição, tentou “refutar o idealismo problemático de Descartes por meio do idealismo mais subjetivo de Berkeley” (Kemp Smith, 1923, p. 305). Talvez alertado pelas acusações de subjetivismo da resenha de Göttingen, Kant teria, acredita Kemp Smith (op. cit., p. 312), alterado sua estratégia anticartesiana na edição de 1787 - estratégia que, agora, constituiria “não menos uma completa refutação do idealismo de Berkeley” (op. cit., p. 313). Com efeito, ao passo que a conclusão anticartesiana do Quarto Paralogismo da primeira edição, para Kemp Smith, consiste em que “objetos externos são imediatamente conhecidos porque eles são meramente ideais” (loc. cit., p. 304), a Refutação do Idealismo da segunda edição “prova o *extremo oposto* do que é afirmado na primeira edição” (loc. cit.) - a necessidade da percepção imediata uma “coisa fora de mim” e não da “mera *representação* de uma coisa fora de mim” (B275). Assim, tendo efetivamente adotado um idealismo subjetivo na primeira edição, Kant o abandonaria, na segunda, em nome de um idealismo mais objetivo.

5. Gostaria de concluir com um breve resumo dos pontos mais importantes que vimos. Vimos que Kant repetidas vezes identifica os objetos da experiência com aparições e estas com representações, e vimos também que, ainda que possamos atribuir a estes termos um sentido neutro, as qualificações que Kant lhes acrescenta parecem comprometê-lo com uma redução fenomenista dos objetos da experiência: estes objetos são *meras* representações *em nós* que dependem de nós para *existir*. Num primeiro momento, sua distinção de dois sentidos de “em nós” e sua atribuição de um caráter transcendentalmente interno aos objetos da experiência, entendidos como empiricamente externos, pareciam abrir espaço para uma compreensão não-fenomenista dessa dependência existencial e dessa internalidade. Todavia, o fato de Kant tomar a certeza da existência das aparições externas (dos corpos) e a imediatez de nosso acesso a elas, junto à sua dependência existencial com relação ao sujeito, como *consequências* do seu caráter transcendentalmente interno parece fechar novamente esse espaço. Aquela distinção demandava que explicássemos a dependência existencial dos objetos da experiência, envolvida no seu caráter transcendentalmente internos, sem reduzi-los a itens mentais ou construtos fenomenísticos. Mas como pode a existência de corpos, entendidos num sentido genuíno, não-redutivo, se seguir do *cogito*, sem reduzi-los a “meras representações em nós” no sentido empírico?

Parece, portanto, haver uma tensão no idealismo transcendental tal como apresentado na primeira edição da CRP. Há uma perigosa aproximação entre a internalidade transcendental e a internalidade empírica. Se dessa aproximação resulta um colapso entre as duas noções (como parece resultar), então poderemos dar razão aos resenhistas de Göttingen em sua aproximação entre Kant e Berkeley: Kant seria - parafraseando Hamann - algo como um “Berkeley prussiano”.

Agora, investigar se, para além dessas aparências, o idealismo transcendental na primeira edição da CRP realmente é vulnerável a essas acusações é tarefa mais complicada, à qual pretendo esboçar uma resposta em etapas posteriores da pesquisa.

REFERÊNCIAS

Van Cleve, James (1999). **Problems from Kant**. New York and Oxford: Oxford University Press.

Bird, Graham (1962). **Kant's Theory of Knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul.

Bird, Graham (2006). **The Revolutionary Kant**. Chicago: Open Court.

Alison, Henry (2004). **Kant's Transcendental Idealism**. New Haven and London: Yale University Press.

Caranti, Luigi (2007). **Kant and the Scandal of Philosophy**. London: University of Toronto Press.

Allais, Lucy (2015). **Manifest Reality**. London: Oxford University Press.

Beiser, Frederick (1987). **The Fate of Reason**. Cambridge, MA: Harvard University Press.